



A INCLUSÃO DA AUTONOMIA COMO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DIANTE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Miguel Ribeiro Pereira¹

RESUMO

O artigo demonstra como a restrição à quantidade de indicadores utilizados para mensurar o desenvolvimento humano compromete as políticas públicas formuladas com base neles para atender as demandas sociais. O texto apresenta que, diante da formação da sociedade brasileira, alicerçada em práticas autoritárias e violentas, existe a necessidade de que a autonomia seja levada em consideração no cálculo do desenvolvimento humano, no intuito de propiciar uma concepção mais real das demandas que compõem a questão social no Brasil.

Palavras-chave: índice, desenvolvimento humano, inclusão, autonomia, alternativas, reflexos, políticas públicas.

ABSTRACT

The article shows how the restriction to the quantity of indicators used to evaluate the human development causes trouble to the public policies, formulated considering them to accomplish the social demands. The text demonstrates that, in face of the Brazilian society formation, based in violent and authoritarian practices, there's the need to consider the autonomy in the calculation of the human development, aiming to find a more real conception to the social demands that make part of the Brazilian social question.

Keywords: index, human development, inclusion, autonomy, alternatives, consequences, public policies.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano tem sido alvo de intensos debates, seja no que tange à sua natureza, seja quanto a propostas no campo das políticas públicas destinadas a atender as diferentes demandas sociais apresentadas ao longo do tempo. Neste tema, merecem especial atenção as tentativas de mensuração do estágio de desenvolvimento de forma quantitativa, tendo sido os países enquadrados de acordo com as variáveis levadas em consideração para o cálculo.

O presente artigo pretende demonstrar como a restrição nos itens que são levados em conta para o cálculo do desenvolvimento humano afasta a possibilidade de identificar-se o desenvolvimento sob uma perspectiva mais próxima à realidade,

¹ Mestrando - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFMA

mascarando indicadores que seriam fundamentais para mensurar as especificidades verificadas no Brasil.

Nesta linha, defende-se no presente artigo que tentativas de quantificar o desenvolvimento humano brasileiro devem necessariamente considerar indicadores como a autonomia, tendo em vista que a liberdade individual na sociedade brasileira tem sido intensamente pressionada por práticas autoritárias para a manutenção do poder, às vezes acompanhadas de métodos violentos.

Vários índices têm sido criados com o objetivo de quantificar o desenvolvimento humano, concentrando-se, entretanto, o presente artigo no IDH (Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, p.17) que foi concebido para o fim específico de mensurar, nos diversos países, o estágio de desenvolvimento alcançado, levando em consideração três indicadores: longevidade, alfabetização e renda.

A atenção especial a este índice se deve ao seu grande alcance mundial e ao fato de que ele tem sido tomado como referência para a formulação de políticas públicas em resposta à presente questão social (RAWORTH, 2002).

Apesar de ser um índice de extrema utilidade suas limitações têm sido reiteradamente apontadas. Entende-se, portanto, neste artigo, como fundamental a compreensão de suas qualidades, mas também das críticas formuladas a ele, como premissa importante para possibilidades de formulação de alternativas ao índice.

De fato, entendendo-se a realidade como o resultado de múltiplas determinações² a estipulação de um índice de avaliação com sérias limitações poderá comprometer o entendimento do desenvolvimento humano e por conseqüência, as próprias respostas que a sociedade e o Estado poderão formular através das políticas públicas destinadas a propor alternativas à questão social.

Um dos idealizadores do IDH, Amartya Sen, vislumbrou o conceito de desenvolvimento humano como superação dos problemas configuradores das demandas sociais conforme observado por Fukuda – Parr (2002):

² “ O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, e portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Eis porque Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma do concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si.” (Marx, 1995, p. 218)

O Desenvolvimento Humano foi definido como um processo de expansão das escolhas dos indivíduos- em outras palavras, funcionamentos e capacidades para funcionar, tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida. (SEN, 1989).

Assim considerado, o desenvolvimento significa remover os obstáculos para fazer aquilo que uma pessoa pode fazer na vida, tais como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos, ou ausência de liberdades civis e políticas.”

Portanto, tomando-se de forma estreita a compreensão de desenvolvimento humano e das próprias demandas sociais ligadas a ele, o resultado será uma agenda mais restrita a balizar as políticas públicas.

São notáveis, de fato, os avanços de mensuração propiciados pelo Índice de Desenvolvimento Humano quando se verifica, num breve esforço histórico, que por um longo período o desenvolvimento e as demandas sociais estavam relacionados apenas à renda (CASTEL, 1998, p.413):

Com efeito, é em torno do status da condição de assalariado que gira o essencial da problemática da proteção social. Acaba-se de ver que foi primeiro em suas falhas que ela se conectou para começar a tirá-lo de sua indignidade; é através de sua promoção que a proteção salarial vai desenvolver-se e expandir-se na sociedade salarial; é a crise da condição de assalariado que hoje fragiliza as proteções sociais.

A partir da década de 90, outras dimensões para além da renda foram incorporadas à compreensão de desenvolvimento humano, cenário em que surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano. Entretanto este foi configurado sob uma perspectiva de indicadores globais, verificáveis em todas as partes do mundo. Entretanto esta concepção dos idealizadores do índice não pode desconsiderar o fato de que a visão global nem sempre pode dar conta da explicação do desenvolvimento humano numa perspectiva mais próxima do real e das especificidades locais.

Marx (1995, p. 223) percebeu a importância de entender-se o contexto social a ser estudado de acordo com as manifestações históricas específicas:

As categorias mais abstratas, embora sejam válidas para todas as épocas (devido à sua natureza abstrata precisamente) são também – no que a sua abstração tem de determinado – o produto de condições históricas e só são plenamente válidas para estas condições e dentro dos seus limites.

Suscita-se, portanto, a oportunidade de propostas destinadas a implementar indicadores comprometidos com as realidades específicas dos países, o que permitirá a demonstração de um panorama mais próximo das particularidades, habilitando os formuladores de políticas públicas com dados mais acurados das demandas a serem

atendidas e propiciando oportunidades de atingir o desenvolvimento humano em seu grau mais avançado.

No Brasil, o presente artigo, como demonstrado a seguir, propõe a inclusão de indicador relacionado à autonomia no cálculo do desenvolvimento humano.

2 A AUTONOMIA COMO INDICADOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Deve-se considerar, inicialmente, que a autonomia já vem sendo alvo de estudos nesta seara, sendo, por vezes lembrada como uma das categorias fundamentais que permitiriam aferir o desenvolvimento humano como lembrado por RAWORTH (2002), tomando-se, nesta abordagem, o conceito de autonomia formulado por Pereira (2002, p. 70) que a entende como “ o recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre as suas liberdades (de escolha e de ação), mas também da miséria e do desamparo.”

De fato, a dimensão da autonomia apresenta relevância fundamental quando se constata que na formação da sociedade brasileira não tem sido constatado o interesse das classes dominantes em torno de mobilizações pela ampliação de condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia das diferentes classes sociais. Há preocupação, ao contrário, com a manutenção do poder econômico (FERNANDES, 2006, p. 35) alicerçada em práticas autoritárias e de cooptação, com sensíveis reflexos às possibilidades de desenvolvimento de atitudes autônomas.

A burguesia, entendida, por Fernandes como classe fragmentada, portanto, não dispunha de interesse para a superação de graves entraves em setores estranhos à área econômica que afetavam outras classes³. Sem a vontade das classes dominantes, portanto, mesmo com a independência e a abolição da escravatura verificou-se ruptura no plano jurídico-político, o que não ocorreu nos planos social, material e moral, prevalecendo marginalização de grande parcela da população (FERNANDES, 2006, p. 51) com o predomínio de práticas autoritárias⁴ e violentas na direção contrária da afirmação da idéia de autonomia como pontuado por Furtado:

³ “ Uma revolução social, por diluída e débil que seja, não se processa sem uma complexa base psicocultural e política. Em primeiro lugar, é preciso que existam certas categorias de homens, capazes de atuar socialmente na mesma direção, com dada intensidade e com relativa persistência. Em segundo lugar, é preciso que essas categorias de homens disponham de um mínimo de consciência social, de capacidade de ação conjugada e solidária, de inconformismo em face do status quo, para poderem lidar coletivamente com “ meios “ e “fins”, como parte de processos de reconstrução social”(FERNANDES, 2006, p. 38)

⁴ “ Como foi demonstrado à exaustão no decorrer do século XX , a dominação capitalista de classe pode se revestir de formas não democráticas (...) a democracia contemporânea (ou democracia liberal) se estrutura nos limites definidos pela dominação burguesa de classe” (ALMEIDA, 2006, p. 215)

As histórias de violências, referidas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo e western. Esse mundo dos homens, em que poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso. (FURTADO, p. 30)

Além deste desinteresse da classe burguesa em realizar a afirmação da autonomia, como uma das características da formação da sociedade brasileira, constata-se que esta mesma classe tem se utilizado de vários expedientes para manter a tradição, inclusive da violência nas instituições, utilizando-se de medidas relacionadas à cooptação:

[...] as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, “meras burguesias compradoras” [...] Elas detêm forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação [...] A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas da burguesia”. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. (FERNANDES, 2006, p. 345)

A democracia brasileira é denominada por Fernandes (2006, p. 416) como democracia da cooptação servindo aos interesses das classes dominantes cujos interesses ganham destaque, diminuindo cada vez mais o espaço para a liberdade de iniciativa dos demais estratos da sociedade, sem olvidar-se que práticas clientelistas tem contribuído fortemente para este mister (CARVALHO, 1997) .

Sendo assim, os indicadores ligados à autonomia para compor o índice de desenvolvimento humano, deveriam considerar dimensões relacionadas à liberdade de voto e de associação, o que não se apresenta de difícil medição.

Quanto à liberdade voto, poderiam ser consideradas como variáveis a quantidade de infrações eleitorais praticadas ao longo das diversas eleições ocorridas, identificando-se principalmente os crimes de cooptação de eleitores através da compra e troca de votos, propaganda irregular e fraudes no alistamento e nas votações. Os dados seriam identificados junto aos Tribunais Eleitorais que concentram as informações pertinentes.

O associativismo seria outro componente a ser avaliado como reflexo da autonomia nas diversas sociedades, podendo-se identificar, igualmente a quantidade de associações sem fins lucrativos criadas ao longo dos anos com finalidades vinculadas ao atendimento das demandas sociais ou de lutas por direitos.

3 CONCLUSÃO

Certamente, como já apontado na literatura sobre o tema, não se apresenta pacífica a configuração de índices destinados a mensurar o desenvolvimento humano diante da quantidade de opiniões divergentes acerca da matéria.

Mesmo reconhecendo-se a qualidade apresentada pelos índices já elaborados, urge realizar-se esforço para a configuração de índices mais próximos da realidade brasileira.

A falta de autonomia, enfoque do presente artigo, de acordo com a série de informações trazidas ao texto, ainda tem dificultado o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades.

Isto motiva a presente proposta de sua inclusão na medição do desenvolvimento humano com reflexos sensíveis nas políticas públicas que serão engendradas para atender à questão social posta no presente momento.

O alvo das preocupações do presente trabalho na autonomia não significa que outras variáveis também não precisariam ser incorporadas, entretanto, com urgência, seja nos indicadores, seja no clico das políticas públicas (FREY, 2000, p. 229), a autonomia apresenta-se como dimensão a ser considerada, configurando-se, inclusive em alicerce para que países enquadrados como de baixo ou médio desenvolvimento humano alcancem patamares mais elevados. Do contrário, o que se verificará são aparentemente políticas públicas que atendem as necessidades básicas, mas, que, essencialmente, não propiciam a resolução das demandas mais prementes.

De outro lado, não se pretende impor a idéia de uma completude na configuração de índices, apresentando-se o presente trabalho como mais uma contribuição para que se possibilite aprimorar os cálculos ora realizados acerca do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Uma ilusão de desenvolvimento**. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. UFSC. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. DADOS, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, p. 229-250.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Vozes, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Globo. 2006.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Nº 21. Jun. de 2000.

FUKUDA – PARR, Sakiko. **Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos** - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano (2002). Disponível em: <http://soo.sdr.sc.gov.br/>. Acesso em : 08 ago. 2006.

FURTADO, Celso. **Celso Furtado**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. Martins Fontes, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RAWORTH, Kate; STEWART, David. Critiques of the Human Development Index: A review (2002) *in* Sakiko Fukuda-Parr and A.K. Shiva Kumar (orgs.). Readings in Human Development Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm. Second Edition, Oxford, 2002.